



IV CESAN-SP
IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo

IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO



**GOVERNO DO ESTADO
SÃO PAULO**

Secretaria de Agricultura
e Abastecimento

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo
Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - Consea/SP

IV CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE SÃO PAULO

DOCUMENTO FINAL

SÃO PAULO
2011

EXPEDIENTE:**REALIZAÇÃO**

Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de São Paulo - Consea/SP

Presidente

Mônika Carneiro Meira Bergamaschi

Vice-presidente

Silvio Manginelli

Secretária Executiva

Elaine Bastos

Assessoria Técnica

Cláudio José Ferrão Manes

João Batista Donadio

Rudinéia Carla Augusto

INTRODUÇÃO

Este Documento Final apresenta as deliberações da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – IV CESANSP, realizada de 20 a 22 de setembro em São José dos Campos/SP; e por se tratar de uma política intersetorial, demandará análise técnica, administrativa e jurídica pelas diversas áreas do Governo do Estado de São Paulo.

A IV CESANSP foi convocada pelo Decreto Estadual nº 56.956, de 25 de abril de 2011, que designou o Consea/SP como responsável por sua organização e coordenação. Portanto foi constituída comissão organizadora, subdividida em: comissão executiva, subcomissão de infraestrutura, subcomissão de mobilização, subcomissão de comunicação e subcomissão de relatoria e temática.

A referida conferência contou com 420 participantes, entre delegados, convidados, observadores, autoridades, palestrantes, painelistas e ouvintes.

Como parte do processo de mobilização, o Consea/SP promoveu reuniões descentralizadas que resultaram em 14 conferências regionais, realizadas com apoio e acompanhamento dos técnicos do Consea/SP; além de 34 conferências municipais, realizadas por seus respectivos conselhos municipais ou prefeituras. Tais etapas antecederam a conferência estadual e objetivaram a discussão dos três eixos propostos pelo Consea Nacional, além da eleição de delegados para a conferência estadual.

Os relatórios finais das conferências regionais e municipais foram consolidados pela subcomissão de relatoria e temática constituindo então o Documento Base da Conferência Estadual. Os eixos 1 e 3 foram apresentados em formato de painel com todos os participantes reunidos e podendo contribuir. Já o eixo 2 foi dividido em 9 (nove) temas principais, os quais foram debatidos separadamente por grupos de trabalho de acordo com as preferências dos participantes

EIXO 1 - AVANÇOS, AMEAÇAS E PERSPECTIVAS PARA EFETIVAÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL E A SOBERANIA ALIMENTAR

Nos últimos 35 anos a prevalência de desnutrição infantil sofreu grande redução nas regiões do centro-sul do país (Batista Filho & Rissin, 2011). Por outro lado, a prevalência de excesso de peso aumentou de forma substancial, alcançando, no final dos anos 2000, praticamente metade da população adulta brasileira (IBGE, 2010b), contribuindo para alteração do perfil de morbi-mortalidade da população, que passa a se manifestar predominantemente pela presença de doenças crônicas.

A alimentação é um dos principais fatores determinantes das mudanças ocorridas no perfil nutricional e epidemiológico da população. A análise da disponibilidade domiciliar de alimentos no estado de São Paulo e da adequação nutricional da composição da dieta, por meio de duas Pesquisas de Orçamento Familiar durante a década de 2000 (IBGE, 2004; IBGE, 2010a), aponta para a inadequação da composição da dieta dos paulistas.

Num contexto específico da condição alimentar de indivíduos e famílias, a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios tratou da mensuração de (in)segurança alimentar, realizada por meio de inquérito domiciliar, com aplicação de questionário junto a um adulto que soubesse responder sobre a alimentação da família. No estado de São Paulo, ao final da década de 2000, 22,3% dos domicílios foram identificados com algum nível de insegurança alimentar (16,1% leve; 3,6% moderado e 2,6% grave). É importante ressaltar que há relação inversa entre insegurança alimentar moderada ou grave com a condição socioeconômica das famílias e a prevalência de insegurança alimentar moderada ou grave na população negra era cerca de 50% superior a da branca. (IBGE, 2010).

Foi evidenciado o crescimento das doenças e agravos não transmissíveis decorrentes de uma má alimentação e hábitos de vida pouco saudáveis. Entre as causas deste fenômeno está a publicidade maciça de alimentos ricos em açúcares, sódio e gorduras.

Contudo, os mecanismos de regulação da publicidade de alimentos, notadamente daqueles voltados às crianças, são muito frágeis.

Outro aspecto analisado diz respeito à demarcação de terras aos povos e comunidades tradicionais e ao acesso à água para consumo, cultivo e higiene, bem como a falta de rede de saneamento nos municípios paulistas, com número ainda reduzido das taxas de coleta e tratamento do esgoto.

Por fim, identificou-se a necessidade de construção de índices e indicadores para o efetivo acompanhamento, monitoramento e avaliação da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no estado de São Paulo, de maneira a serem apropriados pela sociedade e poder público e contribuir na implantação de políticas públicas.

O diagnóstico realizado das políticas públicas de SAN executadas pelo poder público estadual totaliza trinta e seis programas desmembrados em centenas de ações, que abrangem educação alimentar, fomento ao emprego e renda, transferência de renda, fomento a práticas agrícolas, promoção da saúde, abastecimento alimentar, entre outras.

Entre os avanços apontados pelas conferências municipais e regionais, destacam-se:

- Criação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e instituição da Política Nacional de SAN, que define em seus dispositivos mecanismos para adesão ao Sisan;
- Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), considerando fundamentalmente três aspectos: educação alimentar e nutricional, a aquisição de 30% dos recursos dos agricultores familiares e retardamento do processo de terceirização da merenda;
- Ações realizadas pelos municípios mostrando a inclusão do tema na agenda política das cidades, buscando a interface com políticas em diferentes áreas. Participação de muitos gestores em redes, fóruns e cursos de capacitação que tratam do tema;
- Iniciativas da sociedade civil que trazem resultados positivos e que, por sua exemplaridade, podem contribuir para formulação e implantação de políticas nas áreas relacionadas à SAN.

No atual cenário, o Estado em suas distintas esferas de poder (municipal, estadual e federal) deve atuar juntamente com a participação de organizações, movimentos sociais e da sociedade como um todo, no sentido de garantir a organização, regulação e controle da produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos.

O sucesso da política estadual de SAN requer no campo da produção o fortalecimento da agricultura familiar, sobretudo, aquela fundamentada nos princípios da agroecologia que tem por preocupação essencial a sustentabilidade econômica, social e ambiental, a justiça social e a garantia da diversidade de hábitos alimentares. Ao mesmo tempo, tal política deve estimular práticas de agricultura urbana, empreendimentos da agroindústria familiar, bem como o varejo de pequeno porte, a partir das experiências de base comunitária, associativa, e das diretrizes da economia solidária.

REFERÊNCIAS

BATISTA FILHO, M; RISSIN A. Desnutrição energético-proteica. In: TADDEI, JA e cols. Nutrição em Saúde Pública. Ed. Rubio, RJ, p. 167-177, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios - PNAD Segurança Alimentar. Rio de Janeiro, 2010. 183p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003: análise da disponibilidade domiciliar de alimentos e estado nutricional no Brasil. Rio de Janeiro, 2004. 76 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: avaliação nutricional da disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010 a.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009: antropometria e estado nutricional de crianças e adolescentes e adultos no Brasil. Rio de Janeiro, 2010 b. 130p.

EIXO 2 - INDICAÇÃO DE PRIORIDADES PARA O PLANO ESTADUAL E PARA O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

As discussões das prioridades elencadas obedecem à divisão temática adotada na dinâmica de realização da conferência, onde foram colhidas as contribuições regionais e municipais para fomento do debate.

1 Educação e Alimentação Escolar

A abordagem realizada levou em consideração aspectos da qualidade da alimentação escolar; educação alimentar como componente curricular; forma de funcionamento das cantinas escolares, educação alimentar e nutricional em equipamentos públicos, elencando:

- A necessidade de regulamentação e fiscalização das cantinas, restaurantes e similares em unidades escolares, no tocante a alimentação destinada aos alunos, proibindo a oferta de alimentos como doces industrializados, refrigerantes, embutidos, frituras e outros alimentos com alto teor de açúcar, sal e gordura.
- O cuidado com a escolha dos alimentos utilizados no preparo da alimentação escolar, enfatizando a proibição de utilização de alimentos enlatados e semi-elaborados conforme estabelecido na Lei Federal nº 11.947/2009, garantindo aos alunos uma alimentação nutricionalmente adequada; elaboração de cardápio considerando pessoas com doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) e necessidades alimentares especiais e garantia da efetivação da Lei Federal nº 11.947/2009, criando mecanismos nas entidades executoras, para que a produção dos agricultores chegue até a alimentação escolar, acabando com intermediário.
- Capacitar o manipulador de alimentos com vistas à realização do controle higiênico sanitário dos alimentos e técnicas culinárias adequadas, para promoção da saúde e qualificando os professores, gestores e diretores das unidades escolares com relação à educação alimentar e alimentação tradicional.
- Tratativa de educação alimentar como componente curricular, fomentando os trabalhos em SAN de forma intersetorial criando parcerias entre órgãos de educação, saúde, cultura, meio ambiente e outros órgãos governamentais e não governamentais e incluindo a Educação Alimentar e Nutricional no currículo escolar de forma transversal e em todos os seus níveis; assim como nas Unidades Básicas de Saúde, sendo de responsabilidade do profissional nutricionista o direcionamento do conteúdo.

2 Saúde e Qualidade de Vida

Priorização das ações de promoção e vigilância em nutrição e saúde; ações de vigilância sanitária; promoção da saúde; incentivo a hábitos alimentares saudáveis; regulamentação de publicidade, considerando:

- Garantir em sua totalidade a execução do sistema de saneamento básico em todos os municípios brasileiros.
- Estimular o esporte, lazer ativo e cultura, bem como criar programas de alimentação e nutrição e qualidade de vida.
- Implantar cursos de educação alimentar com vistas ao combate do excesso de peso e as DCNTs.
- Alimentar de forma efetiva e frequente o Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan) nos municípios, garantindo seu pleno funcionamento com articulação intersetorial e gestão compartilhada dos dados e alocação de recursos humanos para supervisão por profissionais das áreas de alimentação e nutrição.
- Garantir a realização de orientação nutricional realizada por nutricionistas, em hospitais públicos, UBSs e ESFs, em todas as fases da vida, priorizando os idosos.
- Propor alternativas que garantam o cumprimento das diretrizes de SAN nas Instituições de Longa Permanência.

- Implantar cursos de DHAA para a população e profissionais que atuem na área de SAN e promover campanhas elucidativas para a população.
- Fomentar instrumentos de divulgação das informações sobre ações, políticas e programas em SAN, criando um portal que viabilize a comunicação entre os sistemas.
- Regulamentar a oferta, propaganda, publicidade, informações e outras práticas correlatas que divulguem e promovam alimentos industrializados com altos teores de sódio, gordura trans, gordura saturada, açúcar e das bebidas de baixo teor nutricional.
- Aprimorar a legislação sobre rotulagem de alimentos, a fim de garantir informações corretas, claras e objetivas sobre os benefícios e prejuízos de seu consumo.
- Obter o apoio dos meios de comunicação em campanhas de educação alimentar.
- Definir papéis, divulgar junto à população e fortalecer os órgãos responsáveis pela defesa e informação do consumidor na área de alimentação e nutrição.
- Propor lei referente eliminação do uso de aditivos Bisfenol-A e Ftalatos em todos os utensílios de processamento, exposição e armazenamento de alimentos.
- Estender o processo de educação alimentar para questões que abordam os riscos das panelas de teflon, alumínio, que liberam metais pesados, assim como atenção às Normas Brasileiras para chupetas e mamadeiras (NBCAL).
- Garantir o atendimento às famílias no sentido de combate à fome por meio da efetivação das ações intersetoriais envolvendo governo e sociedade civil organizada.
- Elaborar campanhas e encontros com diferentes setores, integrando as áreas de: assistência social, agricultura e abastecimento, saúde e educação; visando orientar a população em geral, com ênfase nos produtores rurais, sobre a importância de uma alimentação saudável e de qualidade.
- Criar um selo, com critérios definidos, que valorize instituições e empresas que realizem ações de segurança alimentar e nutricional.

3 Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição

Foram abordadas a implantação e funcionamento das unidades de centro de referência em SAN, centro de redistribuição de alimentos, restaurante popular e cozinha comunitárias, como unidades de garantia de acesso ao alimento, bem como espaços de realização de ações educativas, salientando:

- Priorizar as ações de SAN em equipamentos públicos de saúde, educação e assistência social, utilizando-os como ferramenta de conscientização e mobilização da população.
- Permitir acesso dos municípios de pequeno (até 50 mil habitantes) e médio porte (de 50 mil a 100 mil habitantes) a programas federais e estaduais de SAN, em especial, centro de redistribuição de alimentos, cozinha comunitária e restaurante popular.
- Veicular informação sobre equipamentos públicos de SAN disponíveis na região.
- Implantar rede unificada de centros regionais de distribuição de alimentos.
- Buscar estratégias para ampliar a rede de doadores aos equipamentos de SAN.
- Criar unidades de processamento e beneficiamento de alimentos nos municípios.
- Considerar na implantação de restaurantes populares o índice de vulnerabilidade social local e o número de habitantes.

4 Acompanhamento, monitoramento e avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional na Perspectiva do Direito Humano à Alimentação Adequada

Tal grupo foi responsável pela discussão sobre parâmetros e indicadores; sistematização de práticas e iniciativas desenvolvidas; impactos e efeitos dos programas, políticas e serviços de SAN na perspectiva da promoção do DHAA. O principal ponto abordado é a exigência, nas três esferas de governo, de efetivação do previsto no Decreto Federal nº 7.272/10, no que se refere à articulação e correlação dos dados sociais

disponíveis nos diversos setores para construção de diagnósticos, disponibilizando-os em plataforma acessível ao conjunto da população. Apontou-se também a necessidade de garantir dotação orçamentária para monitoramento da política de SAN nos três níveis de governo.

Visando otimização dos recursos públicos, sugere-se a unificação dos cadastros dos beneficiários de programas de saúde, assistência social e educação, com o objetivo de cruzamento de dados e subsídio à formulação e implantação de políticas públicas; além da necessidade de instituição de política de avaliação de resultados para os produtores agropecuários beneficiados com programas voltados ao setor (Ex. PRONAF, PAA).

Nota-se que os dados na área de SAN ainda são insipientes, havendo necessidade de maior investimento e atenção neste setor, com o objetivo de focar as ações e atender a população da melhor forma, para tanto, é importante o desenvolvimento de algumas ações:

- Realizar diagnósticos territorializados de (in)segurança alimentar, incluindo metodologias participativas e parâmetros de investigação, de forma a ter referências para análises comparativas.
- Assegurar o previsto no PNAE quanto a avaliação periódica da qualidade da alimentação escolar, disponibilizando os resultados aos Conselhos de SAN.
- Garantir que as políticas públicas contenham indicadores de resultados e impactos de suas ações na segurança alimentar e nutricional da população, considerando seus determinantes e condicionantes sociais.
- Implementar mecanismos de monitoramento visando à qualidade total de todo o pescado nacional e importado, em toda sua cadeia de produção e distribuição.
- Promover a ampla divulgação dos diagnósticos, riscos e ameaças ao DHAA e ações de SAN, bem como das iniciativas das câmaras intersetoriais e dos conselhos.

5 Promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de Grupos Popacionais Específicos

Este tema buscou discutir as políticas públicas específicas para os povos e comunidades tradicionais, além de grupos com necessidades alimentares especiais e em estado de vulnerabilidade social. Além das discussões realizadas na IV CESANSP, considerou-se também para este relatório, as propostas dos Diálogos realizados com indígenas, pescadores artesanais, população negra e quilombolas.

A discussão para os grupos com necessidades alimentares especiais e em situação de vulnerabilidade social foi pautada pela necessidade de desenvolvimento de políticas públicas focadas para este público, e para tanto destacou as seguintes propostas:

- Aprimorar as ações de orientação e conscientização sobre educação alimentar e a importância da alimentação saudável nos grupos populacionais específicos e de maior vulnerabilidade: celíacos, diabéticos, obesos, moradores de rua, idosos, e outros tipos de deficiência ou necessidade especial; inclusive com recorte racial.
- Atenção especial tanto na educação quanto na saúde, às doenças mais comuns na população vista ou auto declarada negra relacionadas à alimentação.

Um ponto primordial para garantia da SAN dos povos indígenas e quilombolas é a demarcação das suas terras, para que possam viver com tranquilidade, plantando e alimentando-se de seus próprios cultivos e do que a natureza oferece, garantindo também a sobrevivência de seus descendentes. Foi apontada a necessidade de cumprimento do Decreto Federal nº 4.887/2003 e a criação de um plano que garanta a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais (PCTs), e destacam-se algumas propostas abaixo:

- Efetivar a lei que obriga a notificação compulsória de desnutrição nas comunidades indígenas e quilombolas, bem como aplicar do Estatuto da Igualdade Racial.
- Garantir saneamento básico nas terras de comunidades tradicionais.

- Cobrar da vigilância sanitária que regule e monitore a produção tradicional de alimentos pelos povos de terreiros, respeitando as necessidades de segurança alimentar e nutricional de acordo com as determinações da SAN e da Constituição.
- Reconhecer e valorizar as comunidades tradicionais com seus saberes culturais e alimentares, inclusive com ações de resgate culinário destes povos.
- Normatizar, descentralizar e aumentar a entrega das cestas alimentares para o Estado de São Paulo, fornecidas pelo Governo Federal aos povos de terreiro.
- Facilitar acesso dos povos e comunidades tradicionais à DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), bem como a crédito e financiamentos.
- Incluir os PCTs em programas de incentivo financeiro e técnico para agricultura familiar rural ou urbana.
- Incluir nos conselhos gestores das UBS representantes dos PCTs.
- Criar políticas públicas que ampliem as possibilidades de comercialização direta de pescado, pelo próprio pescador artesanal.
- Instalar unidade de processamento de carne de pescado a ser gerenciada pelo próprio pescador artesanal; com possibilidade de fornecimento de produtos para a merenda escolar, tais como: polpa, almôndega ou hambúrguer.
- Priorizar, em compras públicas, pescado de origem da pesca artesanal e aquicultura familiar.
- Simplificar licença ambiental para a construção de tanques de pescados e para formação de programas de Posso Escavado.
- Implantar escola técnica para as famílias da comunidade com cursos que considerem a vocação e o desenvolvimento local, para incentivo aos jovens.
- Aplicar a Lei Federal nº 10.639/2003, que versa sobre a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira".

6 Produção Agroalimentar, comercialização e acesso

Dentro de uma perspectiva agroecológica de produção dos alimentos é necessário criar políticas de apoio e fortalecimento da agricultura familiar, do agro-extrativismo, do pequeno produtor, das hortas comunitárias e escolares, da agricultura urbana e periurbana, incentivando a criação de políticas para diminuição da monocultura através da maior diversificação possível das culturas e práticas agro-florestais. Com foco na produção para auto-consumo e para a geração de renda deve-se fomentar a formação de grupos de agricultores organizados, inclusive gerenciando agroindústrias locais.

Para apoiar a inclusão do agricultor familiar na produção de alimentos agroecológicos, garantir o escoamento da produção agropecuária e facilitar o acesso dos consumidores a produtos saudáveis será necessário definir estratégias e prioridades, como segue:

- Reavaliar as leis federais e reformular os programas governamentais de seguro e incentivo de crédito para os produtores, bem como a obrigatoriedade da contrapartida financeira por parte dos municípios nos programas já existentes.
- Criar um plano de divulgação a nível nacional das possibilidades e recursos de financiamento e linhas de crédito rural destinados aos pequenos agricultores.
- Incentivar a liberação de recursos e promover a capacitação para a implantação de micro-usinas de compostagem nos assentamentos e outras comunidades rurais com a finalidade de produção de composto orgânico (biofertilizantes).
- Garantir às comunidades caiçaras tradicionais e aos pescadores artesanais, seus espaços assegurados e adequados para produção dos alimentos marinhos.
- Criação de modelo DAP que inclua os agricultores familiares das regiões metropolitanas oriundos de áreas de uso misto e urbano, para as compras do PAA e PNAE e reestruturação e aumento do valor da venda direta por produtor, facilitando a emissão do DAP indicando mutirão para o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

- Apoio à implantação e logística de feiras para comercialização direta dos produtos da agricultura familiar, bem como apoio à organização dos agricultores orgânicos, orientando e oferecendo instrumentos legais para sua regularização, conquista de certificações, apoio logístico e estrutura para participação em processos de comercialização e licitações.
- Garantir que hospitais e escolas adquiram produtos *in natura* e processados livres de agrotóxicos.
- Capacitar os produtores da agricultura familiar para participar de compras públicas.

Incluindo a perspectiva da produção de alimentos e de seu consumo em meio urbano é importante definir estratégias como:

- Estabelecer políticas públicas de incentivo ao consumo de alimentos agroecológicos para diminuir o impacto ambiental e o combater do desperdício na cadeia produtiva.
- Criar projeto de capacitação e acompanhamento para formação da agricultura coordenada pelo consumidor como nova alternativa de mudança de paradigma de “foco no lucro” para “foco na qualidade do alimento”.
- Criar, implementar e fortalecer programa de agricultura urbana e periurbana de base agroecológica e/ou orgânica em todo território nacional, garantindo em lei aquisição de terra para a agricultura a fim de evitar a especulação imobiliária, favorecendo o acesso ao consumo, geração de renda e preservação ambiental.
- Promover campanha em âmbito nacional de caráter educativo e formativo continuado visando a formulação de hábitos alimentares saudáveis e permanentes.
- Formular legislação para garantir que em todas as aquisições de alimentos sejam no mínimo 50% do valor total dedicado à compra de produção de alimentos livre de agrotóxicos e incentivar a adequação dos cardápios das merendas escolares, presídios, hospitais públicos e equipamentos da assistência social.
- Estimular a criação de crédito no modelo do Banco Grameen (do Yunus) e outros modelos de bancos comunitários para agricultura familiar.
- Implantar um centro de desenvolvimento vocacional e tecnológico para novas práticas orgânicas e biodinâmicas. Criação de projetos e programas para incentivar jovens agricultores.
- Fomentar ações que promovam o consumo responsável e aproveitamento de materiais, em sintonia com a Política de Resíduos Sólidos. Tornar obrigatória a coleta seletiva nas instâncias municipais com vistas à preservação do meio ambiente.

7 Incentivo à pesquisa e assistência técnica

Este tema abordou assuntos como pesquisas focadas em SAN, aprimoramento e desenvolvimento técnico e científico, e assistência técnica e extensão rural.

Na área de assistência técnica e extensão rural, pode-se destacar:

- Garantir a manutenção e a pronta reposição de pessoal qualificado para atuar na assistência técnica ao pequeno produtor rural.
- Promover assistência técnica e extensão rural possibilitando que o crédito rural seja utilizado de forma orientada (crédito orientado) e uma ferramenta de melhoria da produção agropecuária, diminuição de custo de produção e aumento de renda.
- Instalar incubadoras que visem fortalecer o pequeno produtor rural, dando condições de organização, estruturação, comercialização e escoamento da produção.

Já na área de pesquisa, as propostas destacadas foram:

- Envolver as instituições técnicas e acadêmicas de pesquisa e garantir espaços de formação voltados à agroecologia, agroindústria e ecoturismo, desenvolvimento de estudos e projetos de pesquisa de tecnologias na área de plantio orgânico; como instrumento de inclusão social e geração de trabalho e renda.

- Envolver as instituições técnicas e acadêmicas para o desenvolvimento de estudos e pesquisas na área de SAN, inclusive visando a implantação de novos serviços, projetos e melhoria da qualidade nutricional dos alimentos que garantam SAN.
- Estimular as instituições de ensino públicas e privadas a promover extensão que possibilite uma vivência profissional de estudantes para a formação de profissionais capacitados para executar as políticas SAN.
- Incentivar a criação de escolas agrotécnicas.

EIXO 3 – SISTEMA E POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Apresenta-se neste eixo propostas referentes à implementação da política e do sistema nacional de segurança alimentar e nutricional aprovadas pela conferência estadual; e porque se tratar de uma política intersetorial, demandará análise técnica, administrativa e jurídica pelas diversas áreas do Governo do Estado de São Paulo.

Visando reorganizar o Consea/SP, ficou aprovada pelo pleno da conferência estadual, a criação de uma comissão composta por 15 (quinze) membros, com o objetivo de contribuir na elaboração de proposta de reestruturação deste conselho. Outros pontos abordados foram: implantação do Sisan estadual, instituindo o Consea estadual por lei com caráter deliberativo, vinculado ao gabinete do governador, composto por 2\3 de representantes da sociedade civil e 1\3 do poder público, e presidido por um representante da sociedade civil; criação da câmara intersetorial de SAN, com garantia de dotação orçamentária específica e recursos para seu funcionamento; criação da Secretaria Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo que administre os programas de alimentação e nutrição.

Um dos pontos primordiais para a efetivação da democracia é o acesso a informações, com base nisso foi aprovada a realização de capacitação periódica dos conselheiros, além de trabalho educativo para conscientização da população em participação nos conselhos municipais; bem como criação de mecanismos visando intensificar a divulgação de informações sobre SAN à população em geral.

Em relação a recursos orçamentários, indica-se o aumento de recursos do Governo Federal para as políticas municipais de SAN; a inclusão e garantia da execução de programas de SAN no Plano Plurianual; garantia de dotação orçamentária para funcionamento do Sisan nas três esferas de governo, além da criação de fundos municipais e estaduais voltados ao financiamento de projetos de SAN.

Já no campo da intersectorialidade e integração de políticas públicas de SAN é importante que haja maior articulação entre as políticas públicas; incentivando parcerias entre setor público e sociedade civil. Busca-se formas de execução das ações de forma intersectorial, envolvendo as mais diversas instituições no debate e nos programas de SAN, inclusive fortalecendo a integração entres os conselhos de segurança alimentar e nutricional, saúde, educação, conselho tutelar, conselho do idoso, conselho da população negra, conselho da população indígena e demais conselhos de direitos e com temáticas afins à segurança alimentar e nutricional.

Para maior transparência na implementação das ações, sugere-se oferecer instrumentos de divulgação periódica da execução orçamentária das ações de SAN, desenvolvidas pelos diferentes órgãos públicos.

O Plano Estadual de SAN será construído com base nas indicações de prioridades discutidas e aprovadas pela IV Conferência Estadual de SAN. E a proposta de adesão ao Sisan está em análise pelas áreas técnicas e jurídicas do Governo do Estado de São Paulo.

São José dos Campos, 22 de setembro de 2011

Comissão Organizadora da IV Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional